

---N.º 11/2024 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, ARTIGOS 45.º E 59.º (GRELHA E)-----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE CONSTRUÇÃO MODULAR PARA ACOMODAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 476.000,00 EUROS (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL EUROS) ACRESCIDO DE IVA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA S. MARTINHO BRUFE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.833,65 € (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS EUROS E SESSENTA E CINCO CÊNTIMOS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COBERTURA DO POLIDESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE OBRAS NAS SEGUINTE FREGUESIAS: -----

a) FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS: CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA ANTÓNIO VINHAS – (30.203,03EUROS) E EXECUÇÃO DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA FONTE DA BOUÇA – (22.975,60EUROS); -----

b) UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES: CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA AVENIDA CONDE DE ARNOSO – ARNOSO SANTA MARIA - (37.357,45EUROS); -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO, CUJO CONTEÚDO INTEGRAL SE ENCONTRA ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, DELA FAZENDO PARTE INTEGRANTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO

CAMILO CASTELO BRANCO, O VALOR MONETÁRIO DO PRÉMIO LITERÁRIO CAMILO CASTELO BRANCO É DE 7.500,00€ (SETE MIL E QUINHENTOS EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 67,00M2, SITA NA RUA JOÃO PAULO II, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 4/1998, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE AUDITORIA APRESENTADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira dos Santos, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
---ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES SILVA -----
---BERNARDINO GOMES MARTINS -----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
---CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO -----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---ELISA MARIA DOMINGUES COSTA -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---JOANA GOMES FERNANDES -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----

- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
- JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----
- JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
- LAURINDA DA COSTA MACIEL-----
- LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
- LUCA CARNEIRO PINHAL-----
- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
- LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA-----
- MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
- MANUEL AUGUSTO COSTA-----
- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
- MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
- MANUEL LIMA SOARES-----
- MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
- MANUEL SILVA ALVES-----
- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
- MÓNICA ANDREIA M. AZEVEDO FARIA-----
- PAULA CRISTINA MONTEIRO SILVA MARTINS-----
- PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
- PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----
- PEDRO TIAGO DA SILVA OLIVEIRA-----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de esclarecimentos:

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhores Deputados, antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos que é conhecida de todos, queria só deixar duas notas prévias à Assembleia Municipal. A primeira é a seguinte, em tempos eu comuniquei como era obrigação da Mesa, entendi a solução interpretativa da DGAL e respetivo despacho homologatório do então Secretário de Estado, de que os Senhores Presidentes de Junta se deviam declarar impedidos de discutir e votar em sede da Assembleia Municipal questões como contratos interadministrativos de delegação de competências e atribuição de subsídios nas suas próprias freguesias. Sucede que, e queria agora comunicar que há novos desenvolvimentos nesta matéria, uma vez que foi emanada pela Procuradoria Geral da República e, entretanto, homologada pelo seu Ministro Adjunto e da Coesão Territorial o Dr. Manuel Castro Almeida a reversão e revogação desta posição. Ou seja, os Senhores Presidentes de Junta e as Senhoras Presidentes de Junta voltam a poder participar na discussão e votação destes assuntos sem qualquer necessidade de se declararem impedidos de o fazer. Isto já foi publicado através de um parecer

extrato nº 28 de 2024, de 26 de novembro em Diário da República e, portanto, os Senhores Presidentes de Junta poderão em consciência continuar a fazer aquilo que sempre fizeram que é pugnar pela defesa dos interesses das suas freguesias, neste caso participando na discussão e na votação dos pontos em questão. Por uma questão de transparência, a Mesa Assembleia Municipal, recomendará à Câmara Municipal que possa ser mantido este esquema e permitindo a votação por alíneas ou por freguesias, para que os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta possam analisar mais facilmente as propostas. A segunda nota prévia que queria deixar, é que infelizmente à semelhança de outras ocasiões e porque já passamos nesta Assembleia Municipal, deu entrada na Mesa com carácter excecional um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Camilo de Freitas, voto elaborado pelo CDS e subscrito por todas as bancadas municipais e até pela Mesa da Assembleia Municipal. Sabemos que estamos numa sessão extraordinária, assumi em tempos o compromisso de apresentar uma proposta de alteração ao Regimento que será discutida no ponto 1 desta Assembleia Municipal, mas hoje ainda trataremos deste assunto como uma exceção, e assim, sabendo que esta proposta poderá ter seguimento não havendo votos contra, submeto a leitura deste Voto e conseqüente minuto de silêncio pelo Dr. Camilo de Freitas à votação a esta Assembleia, foi aceite por unanimidade. Dou a palavra a um elemento do CDS para que proceda à leitura do Voto. -----

---RICARDO COSTA (CDS) – Fez a leitura do Voto de Pesar que é do seguinte teor:-----

- “O Dr. Camilo, ilustre Famalicense, conhecido e reconhecido pelos seus pares, era um homem Bom. Médico de profissão e vocação, dedicou toda a sua vida a fazer o bem, a cuidar do próximo. Fê-lo não só a nível profissional, mas também pessoal, com um exímio cuidado e carinho nas relações pessoais que criava com

quem ele se cruzava. É, por isso, mais do que justo lembrá-lo, fazer jus à sua ternura, à sua dedicação às causas e às pessoas, à sua vida. Fundador do CDS de Vila Nova de Famalicão, o Dr. Camilo foi sempre um Homem entregue às causas e ao serviço público. Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão em 1971 e deputado da Assembleia da República em 1973. Foi ainda eleito pelo CDS para a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 1997 e 2009, onde exerceu também o cargo de Líder do Grupo Municipal. Mas a sua vida foi sempre muito mais do que o CDS. O Dr. Camilo era um Homem de bondade transversal a toda a classe política; para a própria sociedade. Foi médico, combatente no Ultramar, irmão da Santa Casa da Misericórdia, Presidente da Direção do Centro Social Dr. Nuno Simões e de tantas outras unidades e/ou instituições. Foi marido, pai, avô; foi amigo! Em 1996 foi reconhecido com a medalha de Mérito Municipal de Benemerência pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Teve um percurso notável a todos os níveis e a sua marca no concelho é indelével. Com o seu decesso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão decretou dois dias de luto municipal. Será sempre insuficiente aquilo que possamos dizer sobre o Dr. Camilo. Mas seremos sempre uns privilegiados, por com ele termos cruzado caminhos. -----

Aprovado que seja o presente voto, deve ser dado a conhecer à família”. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Excecionalmente, abrir-se-á uma grelha de 3 minutos se algum Grupo Municipal pretender fazer alguma intervenção. -----

---JORGE COSTA (PS) – Queria deixar aqui um testemunho pessoal e a justificação porque é que o partido Socialista se associou a este Voto. O Dr. Camilo, para quem o conheceu era um Homem pequenino, baixinho, com uns

óculos com uma graduação clara e à primeira vista diziam, era um homem frágil, pequenino, mas quem conheceu de verdade o Dr. Camilo sabe que ele foi ao longo da vida um Homem muito grande. Muito grande na bondade, eu tive a oportunidade de conviver com ele no Hospital de Vila Nova de Famalicão, muito grande na disponibilidade para ajudar os outros, muito grande porque dispôs parte da sua vida em torno da sociedade, muito grande porque se assumiu sempre e até ao fim da vida dele como um Democrata Cristão, estando e assumindo uma relação especial com o partido que sempre acompanhou. É razão de tudo isto, o PS entendeu que era mais que justificado este Voto de Pesar porque Famalicão perde quando partem pessoas como o Dr. Camilo, também o CDS deve merecer este Voto de Pesar na justa medida que dói sempre muito quando parte um dos bons. E, portanto, o PS, como não podia deixar de ser, associar-se-á favoravelmente a este Voto e homenageia também desta forma o Dr. Camilo. ----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Também eu tive oportunidade, aliás, como a esmagadora maioria provavelmente dos Senhores Presidentes de Junta e Deputados Municipais desta casa, tiveram a oportunidade de conviverem e partilharem momentos com o Doutor Camilo de Freitas, tivessem a oportunidade não apenas como Deputado Municipal, mas também no exercício das minhas funções que desempenho atualmente e de contactá-lo enquanto Presidente e Fundador do Centro Social e Cultural Dr. Nuno Simões da Freguesia de Calendário. É difícil depois de uma leitura do Voto que aqui acabamos de fazer enumerar as outras qualidades, porque são estas as qualidades que todos nós conhecemos e reconhecemos ao Doutor Camilo de Freitas, seja enquanto cidadão, enquanto Homem público, político e enquanto Homem dedicado a uma profissão que também é de todos conhecida. Eu gostaria apenas de enaltecer ou realçar, ou destacar uma qualidade que não é fácil encontrar em mesmo aqueles

homens públicos e mulheres públicas. É que de facto, o Doutor Camilo de Freitas, desde a sua juventude até aos últimos dias da sua vida toda ela é marcada pela sua dedicação ao serviço público e à causa pública, são mais de 70 anos, não é fácil encontrar uma longevidade de alguém que se tenha dedicado ao serviço público seja enquanto Médico do nosso hospital, seja enquanto cumpriu o serviço militar no Ultramar, portanto antigo combatente e também desempenhou funções aliadas àquilo que é a sua formação académica, mas pela sua dedicação à causa pública enquanto como já aqui foi referido, Deputado à Assembleia Nacional, Deputado Municipal, Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dirigente Associativo do Orfeão, da Santa Casa da Misericórdia e Fundador, repito, Fundador do Centro Social Dr. Nuno Simões na Freguesia de Calendário cujo património que nos lega é também por todos nós reconhecido. Doutor Camilo de Freitas, é de facto, um dos homens marcantes de Vila Nova de Famalicão dos últimos cinquenta anos disso não tenho a menor dúvida.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Tecerei apenas umas breves palavras, depois daquilo que aqui já foi dito não há muito mais a acrescentar. O Doutor Camilo de Freitas era conhecido de todos, de todos os famalicenses, era um Homem Bom, com quem tive a oportunidade de me cruzar na vida pessoal, na vida política, com ele ri-me e tivemos muitas alegrias, tivemos algumas tristezas políticas e não só, e sobretudo testemunhei a devoção e a dedicação de alguém que dedicou grande parte da sua vida sem reservas à causa pública. Era mesmo um Homem Bom, era inspirador e merece em modesto entendimento esta singela homenagem desta casa. À família o mais sentido pesar, cumpramos assim o minuto de silêncio depois da aprovação do Voto, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. -----
-Cumprindo-se o minuto de silêncio. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Vamos dar início à Ordem do Dia. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, ARTIGOS 45.º E 59.º (GRELHA E)-----

-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)

– Tomo a liberdade de dar uma pequena explicação às Senhoras e Senhores Deputados do que está aqui em causa, de acordo com o compromisso que a Mesa tinha assumido com esta Assembleia por causa de assuntos como o que aqui acabamos de tratar e para que estes deixem de se tratar como a exceção, mas passem a ter enquadramento regimental, é proposta a alteração ao Regimento nomeadamente no Artigo 45º que conta com um ponto neste momento e passará a contar com dois conforme estará na proposta, no nº2 *Excecionalmente, nas reuniões extraordinárias, é permitida a emissão de Votos de Pesar, desde que alusivos ao falecimento de atuais ou antigos membros da assembleia municipal, eleitos direta ou indiretamente, incluindo membros do órgão executivo municipal.* Ora isto leva à necessidade também de determinar tempos de intervenção, de grelhas de apresentação de votos e por isso, é proposta ainda o acréscimo de um ponto nº3 no mesmo artigo que dirá - *Para efeitos do disposto no número anterior, compete ao Presidente da Mesa da Mesa fixar os tempos de intervenção.* E finalmente no Artigo 59º, ponto nº2, alínea c) *Na leitura dos votos de pesar alusivos ao falecimento de atuais ou antigos membros da assembleia municipal, eleitos direta ou indiretamente, incluindo membros do órgão executivo municipal, desde que não ultrapassem os 1500 caracteres, espaços incluídos.* Dou a palavra para quem se quiser inscrever.-----

---JORGE COSTA (PS) – Esta proposta traduz no essencial aquilo que o PS também sempre defendeu e defende e continuará a defender, que é tudo aquilo que possa significar uma melhoria de funcionamento deste Órgão o PS dará o necessário aval positivo e, portanto, iremos votar favoravelmente esta proposta de alteração do Regimento. Mas já que estamos a tratar de matérias regimentais, é altura de chamar à colação um problema que ocorreu e eu faço uma interpelação à Mesa na última sessão do 25 de novembro. Os poderes do Presidente da Assembleia Municipal estão plasmados no artigo 30º da Lei das Autarquias Locais, e no Artigo 19º do nosso Regimento da Assembleia. Apesar de serem omissos quanto às sessões solenes, podemos por analogia perceber que se deve aplicar o disposto no artigo 76º do Regimento da Assembleia da República que diz – Compete ao Presidente numa sessão solene definir o modelo organização protocolar, os termos do uso da palavra nas sessões referidas, são definidos pelo Presidente da Assembleia da República ouvida a conferência de líderes, ouvida aqui a comissão permanente. E não quando que para nossa surpresa, o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal nessa sessão do 25 de novembro faltou conscientemente aos seus deveres como Presidente, pronunciando-se sobre uma matéria interna do partido da oposição que de todo não lhe compete em atos oficiais. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhor Deputado, desculpe interrompê-lo, eu não serei de todo o Presidente que censura qualquer Deputado que vai aí a esse púlpito falar do que quer que seja. Devo lembrá-lo, no entanto, e com toda a liberdade que o Senhor tem, que estamos numa sessão extraordinária onde nos devemos cingir àquilo que está plasmado nos pontos em discussão, está a querer discutir a sessão do 25 de novembro, poderá fazê-lo na sessão ordinária e falo aí com Vossa

Excelência com todo o gosto, hoje não vamos discutir a sessão do 25 de novembro. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Estou a fazer uma interpelação à Mesa. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Não, o Senhor está a fazer política com o 25 de novembro, poderá fazê-la na sessão ordinária, hoje peço desculpa, mas não vai fazer.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Vossa Excelência é que errou ao imiscuir-se em questões internas do PS. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – A interpretação é sua pode ficar com ela e fazer com ela o que entender. Hoje, o Senhor Deputado não vai discutir o 25 de novembro, poderá fazê-lo na próxima sessão ordinária.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Eu estou a discutir não o 25 de novembro, mas o comportamento.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – O Senhor está a discutir política com o 25 de novembro, não vai discutir o 25 de novembro, Senhor Deputado vamos acabar com esta discussão, pode-se pronunciar relativamente à alteração ao Regimento que está proposta e que está em causa e nada mais. Se continuar a pronunciar-se vou-lhe retirar a palavra. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Muito bem, mas eu recorro para a Assembleia então da sua decisão, porque eu quero fazer uma interpelação à Mesa, Vossa Excelência está-me a denegar fazer uma interpelação à Mesa, eu requeiro fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – A condução dos trabalhos desta Assembleia, desta sessão? --

---**JORGE COSTA (PS)** – Sob a forma dos trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Senhor Deputado se for desta sessão tem a liberdade para o fazer.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – É importante que a Mesa perceba e interpreto os poderes que lhes estão instituídos e atribuídos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Senhor Deputado, vai-me desculpar, mas está a voltar ao mesmo. Como lhe disse tenho todo o gosto em discutir isto nos termos regimentais com Vossa Excelência, hoje estamos numa sessão extraordinária, eu percebo o ímpeto, confesso-lhe que percebo o ímpeto, mas hoje não Senhor Deputado.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Vossa Excelência está a silenciar a oposição.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Não estou a silenciar, estou a conduzir os trabalhos com rigor, que é precisamente aquilo que o senhor diz que eu não faço.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Se pensa que o PS se vai calar com isto está muito enganado.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** – Espero que não se cale Senhor Deputado, muito obrigado, hoje não, nos termos regimentais não.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, ARTIGOS 45.º E 59.º, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DOS**

PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO.-----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE CONSTRUÇÃO MODULAR PARA ACOMODAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 476.000,00 EUROS (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL EUROS) ACRESCIDO DE IVA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – É uma proposta da Câmara Municipal no sentido de requerer a autorização para a assunção de compromisso plurianual para fazer frente a esta despesa, que é uma despesa necessária para que possamos realizar a obra do Centro de Saúde da Cidade, e enquanto está impossibilitada a sua utilização regular será construído um edifício modular que permitirá com o conforto possível manter a atividade muito importante deste Centro de Saúde. Estou obviamente disponível para qualquer questão que desejem colocar.-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Uma primeira palavra, se me permite rapidamente, para felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela coragem e pela determinação na organização da sessão solene do 25 de novembro, as minhas sinceras saudações democráticas. Em segundo e diretamente relacionado com este assunto, dizer-vos que o CHEGA sempre assentou a sua atuação, as suas intervenções em quatro pilares fundamentais em que nós chamamos conceito de prioridades, Saúde, Educação, Segurança e Habitação. E parece, que de alguma forma, temos tido alguma capacidade de

premonição, até naqueles assuntos que espaços esta Assembleia tem desprezado, mas que os vossos líderes nacionais coincidência das coincidências têm ido atrás. Senão vejamos, falamos aqui há uns tempos e já lá vou ao assunto concreto, mas isto está relacionado. Aqui há uns tempos atrás, falamos da necessidade de dar mais competências à Polícia Municipal, por todas as razões conhecidas e logo de seguida vem o Presidente da Câmara de Lisboa, um putativo candidato a líder do PSD e talvez a Primeiro Ministro, efetivar essa medida. Falamos aqui através de um voto de recomendação dos média que são sustentados pelo erário público, mais concretamente...foi interrompido pelo Presidente da Mesa da Assembleia. -

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhor Deputado, vai-me desculpar, mas agora vou interrompê-lo também, interrompi o Senhor Deputado Jorge Costa e aqui ninguém é mais do que ninguém. Deixe-me dizer-lhe o seguinte e já sabe o que eu lhe vou dizer, estamos numa Assembleia Extraordinária e ainda que não estivéssemos, estamos num ponto específico em questão, eu pedia-lhe, e tem toda a liberdade para fazer o enquadramento que tiver que fazer, mas pedia-lhe que se cingisse ao ponto que está em discussão, por favor, obrigado.-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Já lá vou, é porque muitas das propostas que foram feitas pelo CHEGA aqui... foi interrompido pelo Presidente da Mesa da Assembleia.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhor Deputado, eu percebo, volto a dizer o que disse ao Senhor Deputado Jorge Costa, eu percebo o ímpeto, mas peço-lhe que se cinja ao ponto em questão, obrigado. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Duas perguntas muito rápidas ao Senhor Presidente em Exercício. Naturalmente, que o problema relacionado com a Saúde

constitui uma preocupação de todos presumo, numa altura em que se prevê que mais ou praticamente 2 milhões de pessoas não tenham Médico de Família. Qualquer investimento no sentido de prestar o melhor serviço aos cidadãos, é algo sempre com que nos congratulamos, aliás, o CHEGA várias vezes aqui na Assembleia Municipal alertou para as condições deploráveis quer do Centro de Saúde, quer do nosso Hospital que não satisfaz minimamente as pretensões dos famalicenses. Senhor Presidente em Exercício, nós resolvemos intervir num assunto que é praticamente consensual, porque as questões relacionadas com a Saúde é cada vez mais uma preocupação dos Municípios como sabe. Aliás, há Municípios, como por exemplo Montalegre, por esse País fora que têm tido uma proatividade muito relevante relativamente aos graves problemas do SNS. Isto porque nos últimos 8 anos de governação Socialista as situações têm vindo a agudizar-se, ao ponto de hoje em Portugal é mais fácil de adquirir a nacionalidade do que marcar a consulta. Acontece também, que durante estes 3 anos que vai durar a empreitada, e nós sabemos o que custam as empreitadas, vão surgir com sabemos constrangimentos. Senhor Presidente em Exercício, sabemos que as instalações provisórias vão ser na antiga fábrica da Reguladora, pergunto-lhe se estão salvaguardadas as medidas relativamente à mobilidade, ao acesso ao Centro de Saúde, assim como estacionamento, questões pertinentes como sabemos já existiam anteriormente.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – A necessidade de intervenção no Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão é por demais evidente, como é evidente a necessidade de intervenção noutras unidades de saúde situadas no nosso concelho, como é o caso do nosso hospital. A CDU considera que o SNS continua a ser a garantia de acesso universal à saúde. A opção de sucessivos governos de desvio de verbas orçamento do SNS para o sector privado, o recurso às PPP, a falta de

investimento, a política do medicamento fortemente condicionada pelos interesses da indústria farmacêutica, a privatização de cuidados primários e de diversos serviços hospitalares, o condicionamento da gestão pública, os baixos salários e a desvalorização das carreiras, ameaçam destruir esta importante conquista de Abril. O SNS exige respostas integradas e por parte do governo. A assunção pelos municípios de responsabilidades nesta área criará inevitavelmente desigualdades e assimetrias que uma visão e organização, completa e nacional, do SNS exige e merece. O que é necessário é respeitar e reforçar o SNS. E por isso a nossa abstenção neste ponto. -----

---JORGE COSTA (PS) – Caríssimos, o PS não tinha previsto intervir nesta matéria porque já votou favoravelmente na Câmara esta questão por unanimidade. E porque entende que com o processo de aproximação do SNS a nível local iniciado pelo PS, urge realizar algumas transformações, portanto, o que nos trazem aqui é um procedimento de abertura de um concurso público para se encetar e dar arranque a essas transformações determinadas, lógicas e dividindo agora responsabilidades também pela Autarquia. Portanto, não há processos de mudança sem processos de renovação, e aqui o que a Câmara está a fazer é adaptar as responsabilidades que assumiu por delegação de competências e a agir e bem. É claro que ficamos a saber que o CHEGA queria plantar ali umas tarjas à janela, mas acho que não vão deixar, arguindo-se o arauto do defensor da Saúde. Já havia SNS e o CHEGA andava nos..., não vou dizer onde. Bom, e, portanto, o CHEGA que não inventa nada neste País, aproveita ondas de populismo, mas não inventa nada. Também não percebemos da parte da CDU, o discurso continua em abril e com um asco de estimação tudo o que é privado, tudo o que é iniciativa privada. A nós, partido Socialista, interessa-nos que, quer o SNS, quer em articulação com os sistemas privados de saúde garantam o

melhor serviço e o melhor acompanhamento dos cidadãos, sem pruridos, sem tiques ideológicos sobre isso e, portanto, tudo o que for mudança para melhor terá o voto favorável do PS, já demos na Câmara e vamos dar aqui. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhora Deputada Tânia Silva, eu não quero ser injusto e posso ter interpretado mal as suas palavras, e se interpretei mal, peço desde já desculpa por isso. Mas sinceramente, eu fiquei com a sensação sobretudo na última fase da sua intervenção, de que se abstinha nesta proposta de investimento porque haviam outras prioridades. Porque o mais importante era reforçar o SNS, se interpretei mal peço desde já desculpas, porque de facto, o que eu interpretei e os meus colegas interpretaram daí até ter feito o aparte, enfim, não me dirigindo a si, mas dirigindo-me com exclamação para dentro do meu próprio grupo, era de que eu não compreendia estando nós a falar de uma infraestrutura fundamental para prestar um bom serviço público na área da Saúde e dos Cuidados Primários, e dizer que isso não é o mais prioritário, nem é mais fundamental, de facto, eu fiquei perplexo. Depois ainda imaginei que estaria contra, eventualmente, a circunstância deste investimento ter uma componente municipal forte. Tem uma componente municipal forte e tem uma componente comunitária forte, e sabemos nós, que não tem nenhuma componente nacional, chamemos-lhe assim, vinda do orçamento de estado. Por isso eu pedia-lhe, pedia-lhe mesmo que esclarecesse essa posição que aqui afirmou, e que eu interpretei da forma que acabo de referir. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Então Senhor Deputado, trocando por miúdos, acho que é bem conhecida a nossa posição por parte do PCP relativamente àquilo que é a delegação de competências assim como é, já percebeu o que eu queria dizer. Mas então para todos aqueles que nos estão a ouvir, sabe perfeitamente a nossa posição daquilo que é a delegação de competências, e tal como eu disse na parte

final da minha intervenção, aquilo que acontece com este tipo de delegação de competências é as desigualdades, e daí o exemplo que o Senhor Deputado João Pedro Castro até apresentou de Montalegre, mas que existe exatamente isso, nós neste caso, conseguimos dar esse suporte e esse apoio a tudo o que é uma necessidade da Saúde, outros Municípios não o podem fazer. E, portanto, nós temos esta palavra de coerência e acho que o Senhor Deputado deve reconhecê-la. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Apenas para referir e sem querer hoje a democracia já foi atacada suficiente, concretamente para os mais institucionalistas como eu e respeitador dos símbolos da democracia, já existiu ruído a mais no País. Apenas para referir, o que está aqui mesmo em discussão é uma absoluta necessidade, para intervir no atual Centro de Saúde da Cidade é necessário arranjar uma solução para continuar a prestar o serviço às pessoas que dele se socorrem. Obviamente, que quer a questão das acessibilidades, até porque dista de cerca de 100m, talvez, do local onde será construído este “Edifício Modular” a acessibilidade está garantida e o estacionamento também, como sabem é um espaço muito amplo da antiga Reguladora, tem seguramente várias vezes a capacidade de estacionamento do que tem o atual Centro de Saúde pelo menos na sua proximidade. Referir também e em jeito, utilizando aqui um bocado da latitude que o Senhor Presidente da Assembleia deu aos Senhores deputados, é referir que mesmo sem atribuição de competências na área da Saúde, a Câmara Municipal fez um investimento relevante no Hospital de Famalicão com o surgimento da Clínica da Mulher e da Criança, surgimento de um Edifício Modular para doenças respiratórias e também, espante-se Senhora Deputada, não digo todos os dias, mas de uma forma muito amiúde, os privados e as empresas famalicenses ajudam o Hospital,

quer com equipamentos, quer com obras. E para além do Hospital, não nos coibimos de fazer nos Centros de Saúde pequenos ajustes, pequenas alterações porque todos nós sabemos o quanto é difícil trocar uma lâmpada, ou requerer uma lâmpada a um serviço central de economato para realizar pequenas obras e nós temos-lhas feitas. Portanto, relativamente a essa matéria fomos sempre preocupados, não precisávamos dessas competências para fazer frente a esta matéria. Agora cresceram as responsabilidades, estamos a fazer aquilo, e aquilo que é aqui solicitado apenas, que é competência da Assembleia Municipal é autorizar a capacidade de investimento plurianual para que possamos fazer frente a estas despesas. Se me permite, um pouco mais de latitude e pegando aqui um pouco aproveitando que estamos a ser vistos pelos famalicenses, houve de facto, uma troca de galhardetes entre o Senhor Presidente Carlos Moedas e o Senhor Presidente Rui Moreira, ambos tinham razão e estavam ambos a falar da mesma coisa, estavam a falar da possibilidade da Polícia Municipal de Lisboa e do Porto, de Lisboa concretamente ter capacidade de investigação criminal, são todos PSP Senhor Deputado, os nossos não podem ter porque não são PSP são Polícias Municipais. Senhor Presidente, peço desculpa, utilizei apenas a latitude para esclarecer a situação que já anda a ser discutida há muito tempo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Senhor Vice-presidente, latitude que eu não permiti aos outros Senhores Deputados, portanto também não permitirei ao Senhor Vice-presidente. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Muito obrigada Senhora Deputada Tânia Silva, por se ter disponibilizado para prestar esse esclarecimento, compreendi perfeitamente, conheço a coerência do partido Comunista relativamente àquilo que é o processo de descentralização de competências. Por certo também registará e positivamente que a coerência do PSD e do Grupo Municipal do PSD

relativamente a esse mesmo processo de transferência de competências, o PSD é absolutamente favorável a um processo de descentralização de competências nas Autarquias Locais nos mais variados domínios, e até achamos que poderíamos ter ido mais longe do que aquilo que fomos, mas reconhecemos, e sempre criticamos, e denunciámos que esse processo de transferência de competências não foi perfeito em algumas áreas, nomeadamente na área que estamos a falar da Saúde, foi bastante imperfeito, mas o tempo é olhar para a frente e não olhar para trás, nós não vamos desistir do processo de transferências de competências, nem o vamos rasgar, não o vamos revogar, vamos tentar melhorá-lo daqui para a frente.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE CONSTRUÇÃO MODULAR PARA ACOMODAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE DE 476.000,00 EUROS (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL EUROS) ACRESCIDO DE IVA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU.-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA S. MARTINHO BRUFE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.833,65 € (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL

OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS EUROS E SESSENTA E CINCO CÊNTIMOS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COBERTURA DO POLIDESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Apenas para referir que a proposta é clara, quer no valor, quer no propósito da mesma. Estou disponível para qualquer esclarecimento. -----

---RICARDO VALE (PS) - O partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de apoio financeiro as obras da Associação Cultural Desportiva S. Martinho Brufe. Mas, aproveitamos este período também para informar e dar nota aos famalicenses do que é efetivamente aprovado e pedir um esclarecimento. De forma muito simples e muito rápida, o que nós estamos basicamente a aprovar é, ponto um, apoio de 149.833,65 € para realização de obras no complexo Desportivo, portanto estamos a provar o valor total. Estamos a aprovar também que o pagamento deste montante acontece única e exclusivamente depois da verificação da obra feita e também da disponibilidade financeira do Município. Perfeitamente entendível que a transferência do valor para a Associação seja e aconteça única e exclusivamente depois do objeto do apoio estar concretizado e naturalmente, isso também merece o nosso consentimento. Mas aqui está o ponto, voltamos a discutir este tema, que é a atribuição de um valor de 149.833,65 € para uma obra ser executada num espaço de tempo que eu diria relativamente curto, as propostas não identificam o tempo necessário para a execução da obra, mas eu imagino, um, dois, três, quatro, cinco meses que seja, também admito que a mesma aconteça durante o próximo ano civil. Depois, o que também estamos a aprovar aqui, é que o montante seja dividido em quatro parcelas, uma parcela este ano, outra parcela em 2025, outra

parcela em 2026 e finalmente, uma parcela de 30,000€ em 2027. E, portanto, é precisamente isto que nós estamos a aprovar, estamos a aprovar sim e vamos apoiar ao longo de quatro anos, façam a obra e ao longo de quatro anos recebo. E o pedido de esclarecimento que eu faço é este, há alguma obrigação legal que obriga isto? Eu estive a ler o Código Regulamentar sobre a concessão de apoios e não identifiquei isso, nada que me obrigasse a esta divisão temporal ao longo de quatro anos. Aliás, até posso dar nota que o Código Regulamentar diz que para obras com, ou para projetos, não é obras o termo, o termo utilizado é projetos para apoios em que a execução seja superior a trinta dias. Vou admitir que esta obra vai necessitar de mais do que trinta dias para ser executada, os valores são pagos de forma faseada entendível obedecendo ao plano de pagamentos que venha a ser estabelecido entre as partes. Ora, isto significa que as partes Câmara Municipal e a Direção da Associação, aparentemente concordaram de acordo com a indicação que está no Código Regulamentar e o que estamos a aprovar, aparentemente acordaram que um apoio seja distribuído ao longo de quatro anos, e isto não me parece de forma muito honesta que tenha sido uma opção tranquilamente aceite pela Direção. Portanto, pedia este esclarecimento encarecidamente. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Ricardo Vale, eu percebo aquilo que diz, mas de facto, é preciso ter a perceção e a responsabilidade com que a Câmara faz isto, e eu acompanhei estes processos durante muitos anos em clubes beneméritos que tiveram que se empenhar, quando digo empenhar é emprestar dinheiro a juro zero, percebe, pessoas que tiveram que andar de porta a porta a recolher dinheiro para terem um relvado. Estas quatro prestações demonstra uma atitude económica ou financeira responsável por parte da Câmara Municipal, que dá oportunidade ao clube se

quiser recorrer à banca e ao financiamento com uma garantia de que a Câmara em quatro anos irá pagar. Isto é uma atitude responsável da Câmara Municipal, que dá a garantia ao clube que em quatro anos irá efetivamente pagar e a responsabilidade do clube recorrer ao crédito ou não, é uma atitude responsável, é uma garantia, a Câmara está a afiançar o clube e muito bem do meu ponto de vista porque nem todos os clubes têm associados suficientes e com capacidade económica para ajudar os clubes. -----

---RICARDO VALE (PS) – Caro Deputado, Luís Ângelo, como imagina, eu não tomei das suas palavras que deu nota que a Câmara se pode tornar avalista de um financiamento bancário de uma Associação Desportiva. Mas tomei nota, que o que me diz é que a boa gestão Camarária faz com que a Associação Desportiva neste caso estamos a falar desta em concreto, mas esta discussão alarga a outros casos porque a Câmara divide em quatro anos, a Associação Desportiva vai ter a oportunidade de se financiar, talvez seja interessante a Câmara não dar a oportunidade de um clube se financiar ou de uma Associação se financiar e entregar o valor no final da obra, aliás, como está no Código Regulamentar e não está nas propostas que têm vindo neste exemplo. E, portanto, não entendo qual é a grande vantagem para um clube ficar quatro anos à espera do montante. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Ricardo Vale, é simples, é o equilíbrio entre gestão financeira da Câmara Municipal que é o nosso dinheiro e a gestão do clube, é pura e simplesmente isto e nada mais. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Retirando qualquer juízo de valor acerca daquilo que é o trabalho e que é muito frutuoso das nossas Associações Desportivas, o contrato programa é absolutamente claro em relação a esta matéria. Refere várias vezes quer no corpo da proposta, quer no enunciado do contrato que estes valores são pagos, calendarizados e acordados

com as Associações, mediante quer os fundos disponíveis da Câmara Municipal um ato de gestão, quer o acompanhamento das obras a realização das mesmas. Isto é um ato de gestão, Senhor Deputado, Ricardo Vale, acredito que as Associações pretendem que isto se faça, agora se vão recorrer à banca, ou se não vão, se usam este contrato para poderem eventualmente aceder a créditos mesmo que não sejam bancários, de alguns mecenas, isso não diz respeito seguramente à Câmara Municipal. Diz respeito à Câmara Municipal, fazer frente a investimentos que são importantes para a realização cada vez com mais frutos dos programas e dos objetivos, e dos objetos destas Associações. É isso que fazemos mediante aquilo que temos disponível, como deve imaginar nós temos um tecido associativo de mais de quinhentas Associações, muitas delas de cariz desportivo e que necessitam de investimentos de infraestruturas. Num só exercício orçamental, também se fosse num só exercício orçamental por esta verba, não vinha aqui para o Senhor Deputado poder discutir este valor, porque não era plurianual não necessitava de ser submetido à Assembleia Municipal. Mas numa só execução orçamental, não poderíamos seguramente fazer frente à totalidade de todos os investimentos que são necessários para apoiar o tecido Associativo famalicense. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA S. MARTINHO BRUFE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.833,65 € (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS EUROS E SESENTA E CINCO CÊNTIMOS), PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA COBERTURA DO POLIDESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE OBRAS NAS SEGUINTE FREGUESIAS: -----

A) FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS: CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA ANTÓNIO VINHAS – (30.203,03EUROS) E EXECUÇÃO DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA FONTE DA BOUÇA – (22.975,60EUROS); -----

B) UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES: CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA NA AVENIDA CONDE DE ARNOSO – ARNOSO SANTA MARIA - (37.357,45EUROS); -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – A proposta é clara, no entanto, estou disponível para qualquer esclarecimento. -----

---JORGE COSTA (PS) – O PS irá votar favoravelmente estas propostas. Porque de facto, isto não corresponde a bloco central algum, mas há consciência de que quem ganha tem que governar e tem que ter condições para governar, e quem ganha deve expressar a sua forma de ver o mundo. E, portanto, não há bloco central porque nós somos alternativa a esta velha maioria, e os famalicenses percebem isso, quando formos poder e vamos ter poder em 2025,

vamos fazer completamente diferente. Vamos deixar esta gestão musculada que obriga as Juntas ao beija-mão do edil municipal para politicamente conseguirem barganhar os apoios para as Juntas. Volta Agostinho Fernandes estás perdoado, porque no tempo do Agostinho as opções políticas de cada exercício estavam plasmadas em linhas perfeitamente identificáveis dentro do orçamento, Freguesia tal, Rua de tal, Escola de tal, Pré-primária de tal. Esta maioria acabou com isso, com essas rúbricas e sub rúbricas, inscreve tudo em grandes agregados para depois fazer o que muito bem entende, e até pelas alterações orçamentais modificativas é um regabofe como temos visto. E, portanto, não há verdade na execução orçamental, nós temos dito e esta falta de verdade, e esta obrigação de as Juntas terem de barganhar casuisticamente os apoios e as obras para as respetivas Freguesias importam um descrédito na competência das Juntas de Freguesia, com o que o PS não concorda. E estes autarcas porque são do poder...(corte na transmissão) e uma nova geração de autarcas do PS que vai fazer diferente e vai lutar pelas respetivas Freguesias de cara levantada exigindo para as populações tudo aquilo que tem direito. Não haverá as gestões musculadas para prender politicamente as Freguesias, como dizia o meu camarada, Ricardo Vale, que me antecedeu a propósito de uma Associação, isto é obrigar as Associações ao beija-mão, dizer porta-te bem porque senão atraso-te a tranche e lá vai a prestação do banco, ficas aí a barbatar que até vês estrelas. É disto, famalicenses, que vive esta maioria, é através destes jogos de poder conhecidíssimos que se perpetua e que se encaixa Associações, Empresas, Freguesias num feixe musculado de varas e de poder, mas isto está para acabar. E, portanto, caríssimos, isto agora só vai mudar com o PS, com uma verdadeira gestão orçamental democrática e com a valorização concreta de todas as Freguesias deste Município.-----

---RICARDO COSTA (CDS) – Eu, correndo o risco de me repetir numa ou outra reunião da Assembleia, de facto, eu venho aqui sublinhar aquilo que acabei de ouvir. Aquilo que o PS começou por nos dizer a esta Assembleia e aos famalicenses, é que não acredita naquilo que será potencialmente o candidato do PS às próximas eleições autárquicas, mas sim, volta Agostinho, portanto, 25 anos depois é isto, os dois PS estão cá de novo, e o volta Agostinho, volta como, volta com dívida, volta com bancarrota, volta com pagamentos a 2, 3,4 e 5 anos, não de facto, esta maioria aquilo que tem para dar a Famalicão é aquilo que deu, que continuará a dar. Deu nos últimos 20 anos, crescimento, pagamentos, compromisso, contar certas. Senhor Deputado, eu confesso que não olhei para a sua bancada, porque se eu olhasse, de facto, para a sua bancada eu via dois PS, uns viravam para a esquerda, outros viravam para a direita e, portanto, é mesmo isto que o senhor acabou de nos dizer. Senhor Deputado, Jorge Costa, como famalicense convicto daquilo que eu estou a dizer, não, muito obrigado nós estamos muito bem servidos. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Jorge Costa, eu gosto mais de falar do presente e do futuro, mas Vossa Excelência obriga-me a falar do passado porque o citou. E disse-nos que sim, que no passado é que havia uma gestão democrática naquilo que era a política de apoio às Juntas de Freguesia. Senhor Deputado, eu estava cá, era Deputado Municipal em 1994, estava cá entre 1997 e 2001 na altura em que o partido Socialista perdeu as eleições, e recordo-me bem Senhor Deputado, das denúncias nesta casa, nesta Câmara quanto às atitudes discriminatórias e pouco transparente da política de apoio e financiamento das obras a realizar pelas nossas Freguesias e o Senhor Deputado acha que eu me esqueci disso, acha que o partido social-democrata se esqueceu, acha que os famalicenses se esqueceram, está muito equivocado, está mesmo

muito equivocado, o Senhor tem direito ao esquecimento, mas nós temos o direito a não esquecer esse passado. Eu não quero com isto dizer que foi tudo mal também não é justo, há aqui uma coisa que devo reconhecer está a ver, as verbas livres atribuídas, uma iniciativa do anterior executivo, foi uma boa medida e eu reconheço aqui. Agora dizer que no passado é que era bom porque havia gestão democrática e transparente, isso é que não é verdade Senhor Deputado. Depois diz que não há verdade nesta execução, bom, é uma expressão como outra qualquer tem o valor que tem a execução, a verdade da execução é aquilo que os Presidentes de Junta sentem no terreno e ao benefício que deles tiram as populações Senhor Deputado. Eu vou só dar-lhe este número parece-me que é importante, em 2002 em verbas livres, descentralização de competências, delegação de competências e apoios para obras, como vê tem todos segmentados e, portanto, são sujeitos a regimes jurídicos diferentes conhecidos por todos, foram transferidos 5 milhões e 400 mil euros em 2024 no final do mês de junho, já nos tinham sido transferidos 6 milhões e 800 mil euros em obras é disso que estamos a falar, obras feitas nas Freguesias por opção dos Senhores Presidentes de Junta em benefício das suas populações. E se o senhor Deputado um dia quiser comparar, aquilo que era em termos percentuais, aquilo que são os apoios que hoje se concede e nos mandatos anteriores, e aquilo que era conferido e concedido nos mandatos do Dr. Agostinho Fernandes porque citou o seu nome, vai ver que vai ter uma surpresa desagradável.-----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Deputado, de facto, Agostinho Fernandes, com tão pouca receita fez tanto e a obra está aí para se ver. E, portanto, com estas manigâncias, para os famalicenses entenderem isto principalmente os que estão lá em casa, com estas manigâncias a Pista de Atletismo vai e vem porque está numa rúbrica de desporto ou obras entendem, com estas manigâncias prometem-

se as estradas x,y,z, que nunca mais faz ou nunca mais se repara, é disto que estamos a falar. Eu agradeço que o Senhor se cale, quando o senhor intervier percebe, o senhor é sempre animado não sei porquê, porque vem para as assembleias animadas, mas agradeço que me respeite sob pena de interrompermos um dia destes, o senhor é useiro e vezeiro nisto...foi interrompido pelo Presidente da Assembleia. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhor Deputado, deixe-me interrompê-lo para lhe dizer o seguinte. Primeiro, quem mantém a ordem aqui sou eu. Segundo, eu peço aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes de Junta que estão a ouvir o Senhor Deputado a intervir que mantenham o silêncio se querem ser respeitados quando vão ao púlpito, isto vale para todos de um lado e de outro da sala. Pode continuar a sua intervenção Senhor Deputado Jorge Costa. -----

---JORGE COSTA (PS) – Muito obrigado Senhor Presidente. E, portanto, aquilo que eu vos estava a dizer, é que de facto, a transparência resultava da Rua tal na Freguesia tal. A Escola tal da Freguesia tal, pré-primária tal da Freguesia tal, para depois as pessoas terem capacidade de pedirem e exigirem responsabilidades. E Vossas Excelências eximem-se das responsabilidades e fazem uma gestão opaca para ninguém perceber de grandes rúbricas. Continuem assim, que os famalicense já vos viram de ginjeira. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Não sei a que manigâncias se refere, sei é que os famalicense avaliam positivamente quer todos os mandatos autárquicos, quer ao nível da Câmara Municipal, quer ao nível dos Senhores Presidentes de Junta. E como os famalicense, obviamente, formulam a sua convicção, a sua opinião e o seu voto de forma consciente e livre, porque são conscientes e são livres, eu acho que qualquer outra afirmação em sentido contrário, de facto, é um

desrespeito para com esses famalicenses. Eu sei que não foi essa a sua intenção, mas tem que ter cuidado pode ser assim interpretado se me permite fazer esta observação. Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe isto, eu acho que anda um bocado distraído, de que é que nós estamos a falar nesta proposta, delegação de competências, estas obras estão inscritas, estas obras, sabe-se que iam avançar, a opção era se faz a Câmara Municipal, ou se faz a Junta de Freguesia. Entendeu-se, que em caso concreto e em casos concretos estas obras são feitas com maior eficácia e maior eficiência por parte de uma Junta de Freguesia, isso significa o quê, que há aqui uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos, há sobretudo uma coisa que é importante, que é a confiança na capacidade de realização, de reformista da capacidade de modernização e da capacidade de fazer aquilo que é preciso ser feito em cada uma das Freguesias, em cada uma das aldeias do nosso concelho.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO, CUJO CONTEÚDO INTEGRAL SE ENCONTRA ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, DELA FAZENDO PARTE INTEGRANTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO

33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – A CDU não se opõe a este regulamento, no entanto consideramos que, nesta matéria, sendo importante regulamentar, é mais importante a definição de uma política de estacionamento para o município. As queixas de munícipes, comerciantes e de empresas situadas no centro da cidade acumulam-se. Não há estacionamento em Famalicão, grátis ou a pagar, e não há qualquer perspetiva de solução. Pelo contrário, o que verifica é um constante ziguezaguear por parte do município e exemplos não faltam, desde projetos de parques subterrâneos que não existem, a parques que eram para ser de acesso livre, mas afinal são pagos, passando pela constante mudança na definição de zonas pedonais, ora é para ser uma rua, mas...vai ser na outra. Mais uma vez, esta proposta será aprovada hoje com a nossa abstenção, pois o que é preciso não é mais um regulamento, o que é necessário é uma ideia, um projeto, um esboço de política de mobilidade para o concelho.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – O sentido de voto do partido Socialista será o de abstenção. E mais do que propriamente discutir aqui este projeto de regulamento dos Parques de Estacionamento, há aqui uma questão muito concreta que nós queremos trazer a público, prende-se essencialmente com o Parque de Estacionamento da Praça Mouzinho de Albuquerque, vulgarmente conhecido por antigo Campo da Feira. E desde logo dizer-vos, que desde que este Município decidiu institucionalizar o pagamento deste estacionamento o partido Socialista desde a primeira hora em sede de reunião de Câmara, defendeu a gratuidade do estacionamento dos munícipes na primeira hora e isenção total de qualquer pagamento ao sábado, domingo e feriados. Sucede que o município numa

primeira fase aplicou uma isenção de pagamento nos primeiros 15 minutos, e hoje, passados tantos meses, estamos aqui a discutir de uma forma um bocadinho encapotada nesta questão em concreto uma isenção na primeira meia-hora. Desde logo, o meu primeiro voto de parabenização vai para todos os famalicenses que formando uma greve silenciosa se opuseram e recusaram estacionar maioritariamente neste parque de estacionamento, não raras vezes era perfeitamente visível o quão vazio estava aquele espaço e o quão os famalicenses não concordavam com esta política camarária. Depois também parabenizar o Município, por ainda que tarde e, ainda que não o tenha feito da forma como o partido Socialista propôs inicialmente, vir agora paulatinamente com o passar do tempo dar razão e ouvir o partido Socialista. Espero esperançosamente que talvez daqui a seis meses, tenha a coragem de ouvir a oposição e aí sim institucionalizar cerca de uma hora grátis do parqueamento e sobretudo, a isenção total ao sábado, ao domingo e aos feriados. -----

---PEDRO SANTOS (PSD) – Estamos a analisar a Proposta de Tarifação de Estacionamento no Centro da Cidade. Ora, gerir os lugares para estacionar, significa gerir o índice de utilização do automóvel nos centros urbanos e os congestionamentos que estes causam. Por outro lado, a tarifação do estacionamento vai reduzir a utilização automóvel, promovendo a utilização dos modos suaves, promovendo meios alternativos, como deslocações em transportes públicos, a pé, de bicicleta ou noutro modo sustentável. A tarifação que resulta do estacionamento, não é no presente, nem nunca foi no passado, uma angariação de receita. Nos principais centros urbanos, o estacionamento de duração limitada representa uma forma de ordenamento do trânsito na via pública, permitindo a rotatividade do estacionamento nas cidades. Esta forma de ordenamento, Senhor Deputado Luís Miranda, já existe à mais de 25 anos, no tempo do Agostinho

Fernandes. Exemplo disso, é o protocolo que anulava o estacionamento do Parque da Feira, conhecido pela Concessão ao Parque-F. Passados todos estes anos a cidade mudou, a cidade ganhou novas dinâmicas, evolui. O maior problema que existe nas cidades é não se poder estacionar, porque não existe rotatividade, perguntem aos comerciantes. Portanto, o princípio que esta Câmara Municipal, adota, é Bom! O princípio por parte da Câmara está correto. O Objetivo é sempre ganhar mobilidade e ganhar oferta de estacionamento. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Senhor Presidente, uma intervenção muito rápida porque eu até não estava para intervir neste assunto, mas achei das intervenções que ouvi que estão a analisar este problema de um ângulo errado. Chamou-me à atenção aqui o preâmbulo do regulamento que dizia - *“por força do progressivo aumento do parque automóvel e conseqüente procura do estacionamento para a satisfação das necessidades, o Município tem vindo a criar infraestruturas para dar resposta à procura”*. De facto, em Portugal, para terem a noção, há sete milhões e meio de carros, eu moro na Rua D. Fernando II, saio de casa mesmo ao lado da Caixa Agrícola por volta das 7.30h e é um fluxo de automóveis vindos de todo o lado que é impossível controlar. Portanto, se pensa numa solução para presente e futuro, o que é que terá que se investir obrigatoriamente, poderá parecer um cliché, mas não, é em transportes públicos eficazes das Freguesias para quem vem trabalhar, principalmente nos serviços da nossa Cidade porque senão nós não podemos encher a nossa cidade de parques de estacionamento, sejam eles subterrâneos, sejam eles onde forem. O que nós temos de fazer é arranjar soluções, definitivamente alternativas ao uso do automóvel, tanto mais que a média de pessoas por automóvel é de 1.2 por automóvel, portanto, daí dá para ver a origem do problema e não vejo que o busílis da questão seja os parques de estacionamento. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Uma nota final relativamente a esta matéria depois de tudo já ter sido aflorado pelos Senhores Deputados, mas recordar e sinceramente confesso a minha ignorância, eu não conheço nenhum parque subterrâneo que seja gratuito, um parque subterrâneo no centro da cidade que seja gratuito não conheço. Aquilo que esteve e eventualmente, projetado para Famalicão era a concessão de um parque subterrâneo, que tinha ainda por cima como consequência a impossibilidade de existir num raio de 500m da Praça D.^a Maria II qualquer lugar gratuito de estacionamento. Deu origem a um processo em Tribunal que findou depois e que ainda permanece hoje agarrada à Câmara Municipal a uma concessão de estacionamento à superfície precisamente para transigir dessa ação teve que aumentar o prazo dessa concessão que era a mesma entidade que iria realizar esse dito parque subterrâneo. Também não conheço, sou muito franco, que a 100m do centro de uma Cidade exista um parque gratuito de cerca de 1000 automóveis. A diferença do Parque que neste momento é taxado, que o senhor Deputado Luís Miranda referiu que não está ocupado, e é por isso que tem rotatividade, não estava ocupado nos primeiros dias porque as pessoas não sabiam, mas depois estavam que eu passo lá todos os dias e via. E não estava cheio, claro que não, tem 1000 lugares gratuitos ao lado a 50m senhora Deputada Tânia Silva, claro se as pessoas podiam estacionar gratuitamente não iam pagar ali, quando aquele parque estiver cheio vão estacionar no outro, porque são os carros que sobram que vão estacionar. Portanto, relativamente à questão, eu compreendo que seja um transtorno muito grande, eu também estou todos os dias 5,10 minutos, mas as pessoas vivem numa Cidade com muito movimento e um centro nevrálgico de uma economia como nós sabemos das mais desenvolvidas, tem comércio, tem indústria, do País, e não toleram ter 5,10 minutos de espera no trânsito e é difícil

estar, mas se eventualmente se deslocarem para o Porto, para Matosinhos, serão 10,20,30 minutos, e eventualmente como referiu o senhor Deputado João Pedro Castro. Se houver o crescimento de Famalicão como se augura, de continuar a este ritmo e toda a gente utilizar automóvel, as coisas não tendem a melhorar, tendem a piorar e não há estacionamento. Existem várias artérias em Famalicão que se mantêm por uma questão de gestão política e de gestão das pessoas e compreendo que as pessoas precisam de ter estacionamento próximo, existem artérias que noutra cidade qualquer estariam taxadas e ainda aqui no centro da Cidade que não estão taxadas, são gratuitas como por exemplo, a Avenida 25 de abril. -----

---LUÍS MIRANDA (PS) – De facto, promover o ambiente e a descarbonização urbana é e será sempre uma escolha acertada, mas não podemos deixar de conceder alternativas do ponto de vista dos transportes, das infraestruturas e da mobilidade, que acautelem as necessidades dos Munícipes e sobretudo do comércio local, sim esse que anda bastante descontente com as opções tomadas por este Município. Senhor Presidente em exercício, referiu aqui que não conhecia num centro urbano um parque subterrâneo que fosse gratuito, vai passar hoje a conhecer, em Guimarães, uma cidade aqui muito mais perto do que o Município de Montalegre, tem um parque subterrâneo conhecido como Parque de Camões, as primeiras horas são isentas de qualquer pagamento, é um parque que se encontra no centro urbano subterrâneo e é gratuito nas primeiras duas horas. Desconheço os contornos juridicamente se é concessionado ou não, se é propriedade do Município, mas posso lhe dizer com certeza uma questão muito concreta, advém de uma opção política tomada por um Município liderado por uma maioria socialista. Para terminar, acho que de uma vez por todas, este Município deve assumir que é verdadeiramente um problema que assola todos

aqueles que frequentam, vivem, trabalham e estudam no nosso centro urbano que é impossibilidade de circulação com uma ausência concreta e fulcral de alternativas que possam habilitar os famalicenses a deixar de utilizar o automóvel. -----

---PEDRO SANTOS (PSD) – Só para retificar, até porque conheço bem esse Parque Dr. Luís Miranda, conheço bem. O Parque Luís de Camões, e por acaso trouxe o regulamento da Câmara Municipal de Guimarães. O Regulamento da Câmara Municipal de Guimarães, no seu artigo 6º, tem taxas que pode ver. Diz o seu ponto 7º, não será cobrada qualquer taxa após a emissão do bilhete como aqui em Famalicão, período durante o qual o condutor pode optar pela permanência, ou sair do parque. No caso do parque de estacionamento Luís de Camões, o período inicial aplica-se ao intervalo inferior a 30 minutos, só 30 minutos e não 2 horas como o Senhor disse, tenho aqui o regulamento é só para esclarece-lo.-----

---LUÍS MIRANDA (PS) – Senhor Deputado, duvido bastante da atualidade do documento que aqui falou, sobretudo dos valores e dos tempos de isenção que aqui refere, porque até é um Parque que eu conheço muito bem, não lhe vou dizer que tenho 100% de certeza, mas estou muito perto disso, dizer que o documento que aqui apresentou nesta Assembleia não está atualizado. Porque se é coisa que esse Parque é sobejamente conhecido, é por ser isento na primeira hora de utilização, contudo se assim não for, serei o primeiro a reconhecer aquilo que aqui referiu. Mas serei sempre também a reconhecer que não queiram comparar a disponibilidade de estacionamento que existe na cidade de Guimarães, e sobretudo a afluência que existe no centro urbano e as dificuldades que não se sentem tal como as que se sentem em Famalicão do ponto de vista da mobilidade.

---RICARDO COSTA (CDS) – De facto, o PS brinda-nos novamente com estas comparações. O senhor Deputado, tem saído pouco do concelho de Famalicão,

ou então tem passado poucas vezes para Guimarães. Nós estamos a discutir Famalicão, relativamente ao trânsito de Famalicão, e todas as Cidades da nossa dimensão começam a padecer, porque de facto, o número de carros vai chegar a um ponto que se vai tornar insustentável. Agora vir aqui dizer que o trânsito em Guimarães flui melhor que em Famalicão é completamente mentira, seja nos acessos à Autoestrada, seja no interior da Cidade, seja na ligação do maior eixo viário entre Braga e Guimarães, seja Braga e Famalicão. Portanto, senhor Deputado, acho que é inverdade vir aqui dizer uma coisa destas com esta ligeireza, dizer que em Guimarães está tudo bem porque tem um Parque e coisa e tal, e Famalicão está tudo mal. A única coisa, não corresponde à verdade, não é correto e, portanto, não lhe fica bem dizer isso.-----

---LUÍS MIRANDA (PS) – De uma forma muito telegráfica, devolvo ao ilustre colega Deputado, Ricardo Costa, da mesma forma que o senhor diz que eu não conheço, ou que nunca saí do meu Concelho, atrevo-me a dizer-lhe o Senhor nunca viveu, ou não conhece a realidade do nosso concelho. Basta num horário entre as 15h da tarde e as 19,30h por exemplo, para circular na Avenida Narciso Ferreira, na Avenida 25 de Abril, até na rua das Escolas e perceber, que de facto, é só o partido Socialista que reconhece que isto é um problema de mobilidade, aconselho-o a visitar o seu Concelho e a frequentar estas ruas em questão no horário compreendido, e depois tenha a coragem de dizer aos famalicenses e aos seus parceiros de coligação, se de facto, em Famalicão existe ou não um problema de mobilidade. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO, CUJO CONTEÚDO INTEGRAL SE ENCONTRA ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, DELA FAZENDO PARTE

INTEGRANTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E NA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---**SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO CAMILO CASTELO BRANCO, O VALOR MONETÁRIO DO PRÉMIO LITERÁRIO CAMILO CASTELO BRANCO É DE 7.500,00€ (SETE MIL E QUINHENTOS EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**RICARDO VALE (PS)** – O partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, tal como votou em 1991 a Constituição do Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco. Aquando a preparação deste ponto, vi uma notícia do Município de Famalicão cujo título é “Famalicão lança Prémio Literário Camilo Castelo Branco para distinguir as melhores obras em português”. Eu propunha um texto alternativo “Famalicão relança Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco para continuar a distinguir as melhores obras em português”. O que eu quero dizer com isto, isto é uma reformulação de um prémio que já estava instituído desde 1991, com uma lista de vencedores pública até 2021 e o ponto aqui é que esta reformulação passa como algo de novo, e não como algo de

reformulado. Nada contra a reformulação, aliás, posso dizer que a bienalidade prevista nos parece adequada ao contrário da anualidade que estava presente. Mas também nos parece, que a manutenção do valor de 7.500€ bianualmente nos parece curta face àquilo que poderia ser, de facto, um prémio de maior alcance de potenciais candidatos e da qualidade dos mesmos. A título de curiosidade, este prémio em 1991 começou com um valor que ainda em escudos, mas que à data seria equivalente a 3740€, que devidamente anualizado andaria próximo hoje dos 10.000€ anualmente. Sendo este prémio bienal, passando a ser um prémio bienal porque não aqui uma ousadia de colocarmos um prémio na ordem dos 20.000€, mera sugestão. Dito isto, importa também perceber que é nestes pequenos detalhes que se consegue atingir a prática política do Município. Porque na verdade, isto é uma reformulação de um prémio que existia, reformulação que substancialmente o partido Socialista concorda, mas que é comunicada aos famalicenses e é comunicada à sociedade como sendo algo de novo, quando na verdade não é, é algo reformulado e se calhar reformulado de forma correta seguramente. O ponto é este, o ponto é a forma como a prática política do Município é exercida e é uma constante anunciação, é uma anunciação de obra, de ação, de melhor, de maior, mas é isto, é uma anunciação, é um anúncio, é uma publicidade, é o marketing. Num dos poemas de Camilo Castelo Branco, ele coloca uma grande carga emocional e sugere despedida, sugere inevitabilidade, sugere irreversibilidades, mas também coloca uma tônica de retorno e de renovação e termina com dois versos – “quando a Acácia do Jorge ainda outra vez enflor chamai-me que eu de abril nas auras voltarei”. A este propósito aproveito para perguntar à Câmara Municipal se há alguma novidade sobre o inquérito interno à Acácia do Jorge?-----

---**RICARDO MESQUITA (PSD)** – A bancada do PSD gostava de congratular o Executivo pela criação deste Prémio Literário Camilo Castelo Branco, que veio substituir o Prémio que vigorava entre 1991 e 2021. O Senhor Deputado, Ricardo Vale, partilhou aqui algumas verdades, algumas meias verdades, e de facto, o prémio não se chamava Prémio Literário, chamava-se Grande Prémio, mas focava apenas em contos que tinham sido editados no ano anterior àquela que era a lógica do prémio. Este prémio, o Grande Prémio Literário também foi outra coisa que o Senhor Deputado, Ricardo Vale não referiu, era feito através de um protocolo com a Associação Portuguesa de Autores que acabava por ficar com metade do valor do Prémio e fazia a gestão do Prémio. Este novo prémio como puderam ver no Regulamento será gerido pelo Centro de Estudo Camiliano, a prata da casa que tem mais que competência para gerir um Prémio com esta mais valia, o júri será composto pelo seu Coordenador Científico e, portanto, temos todas as valências necessárias para gerir um Prémio desta envergadura que é o Conto, não faz jus a todo o trabalho que foi feito, o trabalho Literário que foi feito pelo escritor Camilo Castelo Branco. Eu termino, só dizendo que isto é mais uma vez a prova que o Município continua comprometido com a valorização do seu património cultural.-----

---**RICARDO VALE (PS)** – Muito obrigado Senhor Presidente, peço desculpa à Mesa pelo meu remate final, prometo que nesta sessão eu não marco mais nenhum golo. Caro Deputado, Ricardo Mesquita, o que disse só reforça a nossa convicção, era necessária uma reformulação ao Prémio e, portanto, nisso estamos inteiramente de acordo. O meu ponto é, a promoção de algo que é reformulado como sendo novo e isto é uma prática política recorrente, que eu entendo, mas é importante apontar o dedo a esse tipo de prática, e de facto, a questão do valor monetário e bem, também teria que ser revista, e o nosso segundo ponto é, de

facto, promover e deixar aqui a nota de promover um aumento do valor do próprio Prémio. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Apenas para terminar e realçar aquelas diferenças que foram aqui referidas, que de facto, a Associação Portuguesa de Autores, para além de ser quem dinamizava basicamente este Prémio ficava com uma parte para a organização do mesmo. Depois referir-vos, que apenas e como se trata de um Prémio Literário, se fosse um Prémio de Declamação de versos de Camilo o senhor Deputado, Ricardo Vale, sairia daqui se eu fosse júri com 7500€ no bolso. Mas tratando-se de um Prémio Literário, só pode ser atribuído uma vez a cada autor, anteriormente podia ganhar quantas vezes o júri para o efeito o referisse, desta vez apenas pode ganhar uma única vez. Relativamente à questão que me foi lateralizada por ambos os Deputados, não pretendo como é óbvio, estar aqui a referir, nem qualquer juízo de valor, por isso é que se abrem inquéritos, posteriormente os inquéritos têm consequências e depois dão acesso a todas as outras formas, como sabem, de apurar responsabilidades. É um assunto demasiadamente sério para se poder falar assim. -----

---RICARDO MESQUITA (PSD) – Eu só gostava de salientar um ponto que se calhar não ficou muito claro, que é relativamente ao valor e de facto, nós estamos a aumentar muito ao valor. A Associação Portuguesa de Autores, ficava com metade do valor do Prémio que era atribuído anteriormente e agora isso não se coloca, ou seja, o Prémio, o valor vai inteiramente para o autor que o ganhar, eu acho que isso não tinha ficado claro, espero que tenha ficado claro agora. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO CAMILO CASTELO BRANCO, O VALOR MONETÁRIO DO PRÉMIO LITERÁRIO CAMILO

CASTELO BRANCO É DE 7.500,00€ (SETE MIL E QUINHENTOS EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 67,00M2, SITA NA RUA JOÃO PAULO II, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 4/1998, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PAULO PINTO (PS) – Bem, como é apanágio do partido Socialista neste tipo de matérias de desafetação, irá abster-se nesta matéria, porque não passa cheques em branco, o Executivo continua a brindar-nos com este tipo de desafetações legais não pomos em causa, mas sei o motivo das mesmas. Neste caso, estamos a falar de uma desafetação de um terreno adjacente a outra desafetação que veio a esta Assembleia em 2013, e que ao qual agora se vem adicionar mais 67m². E neste caso, há duas considerações a fazer no nosso ponto de vista. Por um lado, algo que é um modus operandi neste tipo de matérias deste Executivo, este Executivo agora tem feito tipo umas adendas às desafetações, não é a primeira vez que somos chamados a votar, ou deliberar nesta Assembleia Municipal, com desafetações de terrenos adjacentes a desafetações feitas em anos anteriores não sem saber os porquês, por muita boa vontade que tenhamos causado alguma estranheza cada vez mais este tipo de modus operandi. Por outro

lado, outra particularidade, neste caso, transforma-se a passagem de um espaço destinado verde para lote de construção, no fundo vai-se dar mais capacidade construtiva a algo que já estava aprovado, deturpando aquilo que era o projeto inicial. Aqui justiça seja feita, a Câmara Municipal mantém coerência naquilo que é a sua política verde, abate-se árvores e acácias, e planta-se cimento e painéis solares, nós temos algumas dúvidas relativamente a estas políticas.-----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Presidente de Câmara em Exercício, faz parte de todo o processo um email da União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei, que diz basicamente o seguinte: - “serve o presente para informar que esta Junta de Freguesia não vê qualquer inconveniente na aquisição da parcela de terreno por parte de fulano”. O terreno já está vendido? Estamos aqui a pedir autorização e anda esta maioria a fazer jeitos e negócios para A ou B determinado em particular.-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Senhor Deputado, Jorge Costa, isto é precisamente o inverso daquilo que referiu e daquilo que o Senhor Deputado que o antecedeu também referiu. Ou seja, há absoluta transparência nesta matéria, nós juntamos todos os anexos e não é a primeira vez, eu referi isto na reunião de Câmara. Não é a primeira vez que as Juntas de Freguesia referem isto, porque quando a Câmara decide uma matéria destas eu nem sequer fazia ideia de que era junto, aliás, acho até estranho que fosse conjunto, fosse contíguo a um lote que já foi eventualmente passado, acho estranho, sabe o que a mim me causa estranheza é que alguém aceite como contrapartida de cedências um lote com 67m², isso a mim causa-me estranheza, mas isso são opiniões , tal como eu respeito a sua há-de respeitar seguramente a minha. Agora, relativamente a esta matéria para verem a transparência que aqui existe, este lote e todos os lotes que foram alienados pelo Município foram em

hasta pública. As pessoas têm a possibilidade de vir licitar e adquirir os lotes, aqueles, já muitas vezes nesta Assembleia já o referi, aqueles que são para alienar, outros não são para alienar, servem propósitos como equipamentos coletivos, servem propósitos como alargamentos de vias, servem propósitos até Senhor Deputado, servem propósitos de equipamentos a construir pelo Estado Central, porque nós temos que lhes oferecer os terrenos, como o Tribunal, como, eventualmente, um terreno que disponibilizamos para a GNR tudo isso, mas quando nós precisamos de alguma coisa que pertence ao Estado, nós temos que o comprar com os vossos impostos e com os nossos, com todos os impostos dos famalicenses, em vez de ceder o Estado obriga as Autarquias a adquiri-los. Portanto, relativamente a esta matéria, independentemente da vontade, ou eventualmente de alguém se ter dirigido ao Senhor Presidente da Junta de Mouquim e Lemenhe a referir a sua vontade de adquirir irá ter essa oportunidade, o complicado e o bonito, seria quando alguém realizou e escreveu pela sua pena esta proposta, não anexar o documento e solicitar ao Senhor Presidente da Junta para substituir, porque não lhe custava nada, compreendeu, agora se desconfiam disto, desconfiem é dos emails que vêm certinhos percebe, quando se juntam todos estes documentos é porque existe boa vontade, existe o dever de transparência que é cumprido por este Município.-----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara em Exercício, primeiro, a sua intervenção só dá mais asas às nossas grandes dúvidas que temos. Realmente o email do Senhor Presidente de Junta, mostra um interesse privado por muita vontade e que está na base disto. E agora eu faço uma pergunta, Vossa Excelência está em condições de garantir a todos os famalicenses, primeiro, havia uma área inicial de espaços verdes e uma parte dela passa para modo de construção, pelos vistos por um interesse demonstrado por alguém, isto é factual,

é o que está aqui nos documentos. Vão ficar com área verde de cerca de uma redução de 683m² para 616m², Vossa Excelência está em condições de garantir que esses 616m² vão-se garantir na próxima década ou daqui a três ou quatro anos, ou vamos ser chamados outra vez para mais uma alteração de loteamento de uma parte de espaço verde? Por aquilo que temos visto neste Concelho, o verde abate-se e o cimento planta-se. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (RICARDO MENDES) – Senhor Deputado, apenas para lhe dizer, como é que quer que eu lhe garanta uma situação que eu possa eventualmente não dominar, ou o Presidente de Câmara, a democracia é isso. Agora relativamente a esta matéria, eu desafio a referir-me se eventualmente e sabe o que é que são 67m², não sou eu que lhe vou ensinar seguramente sabe muito melhor que eu, é este espaço aqui atrás de mim, acha que este espaço tem condições para criar um espaço verde, um pulmão para esta zona. Porque é que foi recebido os 67m² e não os 616m² que refere, para que é que servia isto aos bocadinhos nos loteamentos, para completar cedências, não, porque agora não é isto que se faz, este loteamento é de 1998 Senhor Deputado, aceitou-se um artigo com 67m² como cedência. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 67,00M², SITA NA RUA JOÃO PAULO II, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 4/1998, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E

A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DE AUDITORIA APRESENTADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS. (GRELHA E)-----

---JORGE COSTA (PS) – Depois de leitura atenta deste Relatório Semestral, há a registar diversos itens e a reter. O primeiro, é a boa situação financeira do Município, é assim desde a saída do falecido Antero Martins e a entrada de Agostinho Fernandes, daí para a frente sempre a Câmara foi crescendo em execução, crescendo em volume global de orçamento e, portanto, Famalicão, de facto, tem tido essa capacidade de crescer. Mas há também a registar um aumento exponencial da receita 14 milhões de euros, em contraponto de uma diminuição das despesas de capital, estamos a receber muito mais e estamos a investir muito menos. Também há a registar que durante este semestre, estamos a pagar obras de anos anteriores, é o chamado empurrar com a barriga para a frente, que ainda à bocado o meu camarada Ricardo Vale discutia a propósito de uma associação, porque é que não se paga à associação, porque é que se põe a associação a penar 4 anos para receber o dinheiro que precisava de receber já. E, portanto, esta é a prática, aqui a explicação que foi dada pela Câmara, isto é, meia bola e força porque eles ficam todos contentes, ficam contentes com o que lhes dão, sujeitam-se que é diferente, de facto, se isso corresponder às reais necessidades das associações deste Município. Também há a constatar o número de funcionários, mais 67, igualmente expresso no aumento da aquisição de serviços, *jobs for the boys*. E então atente-se, segundo o Relatório, só 31 é que decorrem da nova delegação de competências, o resto é entrar. E, portanto, é

lamentável, eu percebo, esta maioria já percebeu que vai perder as eleições em 2025 e quer colocar os apaniguados, os afilhados, todas estas pessoas e dar emprego a todas estas pessoas que continua com este tipo de lógica. Este Relatório Semestral traduz a letargia da Câmara e denota uma apreensão que os famalicenses devem sentir e que o PS regista com preocupação. Há, no entanto, que aguardar pela Conta de Gerência, teremos oportunidade de evidenciar todos os erros e são muitos deste exercício.-----

---GERMANO ARAÚJO (PSD) – Antes de mais salientar o à vontade e a transparência que existem nos Órgãos que estão nos destinos do Município de Vila Nova de Famalicão, mesmo não sendo obrigatório a colocação à discussão deste Relatório, o ponto foi agendado e foi posto à discussão para que nós Deputados termos à vontade de fazermos os comentários que quisermos mesmo não sendo ponto de votação. Posto isto, neste ponto analisamos o Relatório Semestral de Auditoria, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas, interessa ou há três questões que devemos levantar, o que é, para que serve e o que é que este Relatório nos diz. Pois bem, este é um documento formal onde são apresentados os resultados do acompanhamento às contas do Município pelo Revisor Oficial de Contas durante o 1º semestre de 2024. Neste documento estão descritas as principais conclusões, observações e recomendações da atividade da Câmara Municipal. O documento também serve para se avaliar os procedimentos legais e fiscais que se estão a ser cumpridos, assim como permite avaliar de certa forma como está a decorrer a atividade da Câmara. O documento analisa o cumprimento das disposições legais e regulamentares, analisa rácios variados, revê as principais rúbricas que compõem a informação económica e financeira, compara os valores orçamentados com os valores que estão a ser executados. Este documento é importante não só pela sua obrigatoriedade, nem pela sua

informação que presta à Assembleia, mas também porque através dele se pode identificar alguns riscos financeiros e proporciona uma visão clara sobre a situação financeira do Município, mostrando assim de forma transparente como este executivo gere os destinos de Vila Nova de Famalicão. E o que é que nos diz este Relatório, o Relatório em particular mostra que Vila Nova de Famalicão é gerido com mestria e transparência. Este Relatório diz-nos que o Município de Vila Nova de Famalicão cumpre todas as disposições legais, cumpre a Lei na íntegra. O Relatório confirma que o Município goza de uma saúde financeira invejável. O Relatório diz-nos que este Executivo dispõe mensalmente de um confortável saldo de fundos disponíveis, que permite fazer face a qualquer imprevisto sem ter que recorrer a qualquer empréstimo. É um Relatório que apresenta rácios muito positivos e estáveis ao longo dos anos, confirmando que a atividade da Câmara é sólida e constante. Obrigado Senhor Presidente. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Os apartes têm enquadramento regimental, está aqui um Deputado do PSD, um ilustre Deputado, temos o Eduardo também esteve na Assembleia da República e sabe que inclusive há duas secretárias que registam na Assembleia da República os apartes. Pois eu queria partilhar convosco e com os famalicenseiros o aparte que fiz quando o Senhor Deputado Germano aqui veio intervir, eu disse – “*Hossana*”, sou católico e, portanto, ainda antes de intervir evoquei esse dito a propósito da religião. De facto, Senhor Deputado, não há o que fazer *Hossanas* a Câmara tem de cumprir porque senão entra em incumprimento e há uns regimes próprios de incumprimento. O que é preciso é fazer leituras políticas de tudo isto e perceber a necessidade que atravessam alguns famalicenseiros, e a Câmara arrecadar, venha mais 14 milhões em meio ano, mais um Euromilhões só em meio ano. O preço da água não desce, porque não se

pode. As redes de água e saneamento estão exauridas, a maior parte delas do tempo do PS, continuem, não vale a pena, aguardemos pela Conta de Gerência. --

---GERMANO ARAÚJO (PSD) – Senhor Deputado Jorge Costa, o Senhor como é hábito gosta de lateralizar as conversas e gosta de falar às vezes coisas que não correspondem à realidade. No entanto, este ponto que estamos a analisar é um Relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas, com a sua idoneidade que é conhecida, que faz as referências que faz ao Município dizendo, ou digamos que apresentando uma fotografia muito sucinta do que se passa em termos financeiros na Câmara Municipal, e a atestar que a legalidade está a ser cumprida. Por isso, os comentários que temos a fazer sobre este Relatório é apenas este, é um documento técnico e em termos políticos, teremos nos próximos meses tempo para debater isso quando tivermos a apresentação do Relatório de Contas.-----

---JORGE COSTA (PS) – Mesmo para esclarecer o seguinte, lateralizar nunca, politizar caríssimos, politizar famalicenses, a Assembleia municipal é o Órgão político por excelência em Vila Nova de Famalicão, é aqui e só aqui, que em primeira linha se deve discutir política e é isso que eu faço. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Jorge Costa, apenas dois exemplos do que é a análise política que aqui reclamou. Dívidas a fornecedores, ou melhor dizendo, prazo médio de pagamento a fornecedores, passou de 12 a 10 dias o pagamento, serão muito poucas as Câmaras Municipais do País que tem prazos médios de pagamento com este curto período de tempo. Sabe o que é que isso significa, significa que por esta via se injeta dinheiro na economia, se melhora a tesouraria das empresas. Dívida e endividamento absolutamente controlado, sabe o que é que isso significa Senhor Deputado, nós estamos a proteger as gerações futuras.-----

---PAULO PINTO (PS) – Eu estava a ver o equilíbrio orçamental primeiro semestre, é só o primeiro semestre, mas algo me salta à dúvida e vejo esta maioria a defender tão grande, que é o aumento da receita e todo o equilíbrio orçamental feito à custa dos impostos, dos famalicenses que pagam. Temos ouvido falar de críticas ao governo do partido Socialista, que os portugueses pagavam muito. E há algo que eu não entendo, é que nós aqui somos chamados e podemos decidir o que é política fiscal, criticamos o partido Socialista porque aumentou a receita fiscal, mas aqui que a câmara aumenta sempre a receita fiscal -e graças a isso consegue o equilíbrio orçamental a maioria bate palmas e aplaude, não percebo essa incoerência.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)

– Senhores Deputados, está assim encerrada a Ordem de Trabalhos. Antes de coloca a minuta de ata à votação, queria só prestar um reconhecimento à Assembleia, agradecer desde logo a vivacidade no debate, acho que assim é que tem que ser, mas sobretudo, o esforço pela cordialidade esquecendo a latitude, pelo respeito à Mesa e pelas decisões da Mesa é assim que deve ser, corre tudo muito melhor quando as coisas são feitas dentro das normas, muito obrigado a todos.-----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA-----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à meia noite e trinta minutos do dia seguinte. -

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

